

Apresentação

A revista GeoTextos inicia sua terceira década de existência com esse número 1 do volume 21, publicando dez artigos distribuídos em duas seções. Na seção Artigos, os três primeiros textos tratam de temas relevantes e atuais em diferentes escalas e recortes em uma perspectiva geográfica. Em seu artigo, Jamile Maia Younes e Maria Helena Lenzi buscam investigar o impacto do eixo “promoção e marketing” da certificação Destino Turístico Inteligente (DTI), focando no uso de tecnologias como aplicativos, placas interativas com QR Codes e formulários de pesquisa, bem como sua espacialização na cidade de Florianópolis-SC. As autoras concluem que projetos assim “coletam dados com a justificativa de aperfeiçoar a gestão da cidade e são utilizados para desenvolvimento de políticas municipais”, que buscam consolidar esse tipo de certificação “como atributo e diferencial da cidade, que se coloca como destino moderno e adequado às exigências de mercado”. No segundo artigo da seção, Rainei Rodrigues Jadejiski vai problematizar “os principais marcos legais voltados às juventudes, com ênfase no contexto do estado do Espírito Santo”, para “compreender como essas normativas têm promovido (ou não) o acesso a direitos e a efetividade das políticas públicas destinadas aos jovens”, em especial àqueles das áreas rurais do referido estado, constatando sua “baixa aderência à realidade concreta dos jovens rurais” bem como a persistência de “um descompasso que compromete a materialização da cidadania plena para as juventudes do campo”. No artigo que se segue, Aiala Colares Couto vai analisar a espacialização de facções criminosas na região amazônica partindo da ideia de “que o narcotráfico promove uma geografia política que envolve as disputas territoriais pelo uso e pelo controle do território e uma geopolítica quando articula as estratégias que organizam os espaços dos fluxos sobre a região para atender aos mercados globais”, para concluir que “a presença do crime organizado e das facções criminosas na região veio se somar às mais variadas formas de violação de direitos, sobretudo,

direitos territoriais”; além disso, “a reorganização espacial das facções criminosas em função da dinâmica do narcotráfico” acabou por consolidar “a importância geoestratégica da Amazônia para os mercados globais”.

Os três artigos seguintes vão abordar sob uma perspectiva teórico-metodológica os espaços cinemáticos, a questão da escala e os limites do pensamento de Heidegger como perspectiva para a Geografia Humanista brasileira. No quarto artigo da seção, Ronell Cunha busca analisar a “relação entre Geografia e Cinema”, discutindo o conceito de espaço cinemático e suas dimensões bem como sua relação com o espaço geográfico, afirmando, ao final, que “o espaço cinemático, o qual se relaciona de forma ampla com as práticas da indústria cinematográfica, é constituído de quatro momentos interdependentes e relacionados, os quais denominou-se de pré-fílmicos, fílmicos, pós-fílmicos e a-fílmicos”. No texto seguinte, Agripino Souza Coelho Neto quer recuperar as discussões sobre escala, com foco nos debates da literatura anglófona de cunho geográfico, observando, a partir da vasta bibliografia sistematizada e analisada, que a geografia humana anglófona se concentrou no debate sobre a “construção social da escala” e as “políticas de escala”, com foco no “papel das escalas geográficas como estruturas para uma ampla gama de atividades e lutas sociais, envolvendo a acumulação de capital, a regulação estatal, as relações de gênero, as mobilizações de oposição e as práticas das ações coletivas”. No sexto artigo da seção, Wallace Wagner Rodrigues Pantoja vai discutir as implicações dos usos do pensamento heideggeriano na Geografia Humanista que se faz no Brasil, afirmando que “não demonizar Heidegger – e sua filosofia – é tão necessário quanto avaliar seus limites” e se questionando quando serão assumidas “as consequências topolíticas dos usos filosóficos e geográficos que realizamos e replicamos”, ou quando serão desestabilizadas “nossas referências geofilosóficas heroicizadas, enfiando-se na diferença geográfica encarnada em ato político de descentramento radical”.

Os três últimos artigos da seção têm em comum o fato de tratar de temas de Geografia Física com desdobramentos importantes para aprofundamento do debate ambiental na disciplina. No sétimo artigo da seção, Matheus de Acizio Freitas, Naiara de Lima Silva e Bruna Naiane Alexandrino Santos analisaram “o padrão e as características das chuvas em Itamaraju”, na Bahia, e um “evento pluviométrico extremo ocorrido em dezembro de 2021”, procedendo “com a análise de séries históricas de

estações pluviométricas locais e regionais”, concluindo que “as chuvas em dezembro de 2021 se destacaram em meio aos registros históricos”, já que “o acumulado pluviométrico mensal, a intensidade média da precipitação e suas consequências confirmaram a excepcionalidade do evento” no município baiano. No artigo seguinte, Jeferson Mauricio Rodrigues, Camilla Jerissa Silva Santos e Jonas Otaviano Praça de Souza vão “discutir os fundamentos teóricos que envolvem o equilíbrio, a sensibilidade e a evolução fluvial em rios não perenes de terras secas, a partir de uma revisão crítica da literatura especializada”, para afirmar que “os rios não perenes em ambientes semiáridos operam dentro de um paradigma de não equilíbrio, no qual respostas geomorfológicas não lineares e comportamentos transitórios são a norma”. E, finalmente, no nono artigo da seção, Vanessa Martins Lopes e Osvaldo Girão realizam uma análise morfométrica da Bacia Hidrográfica do Rio Bastiões (BHRB), localizada no sul do estado do Ceará, apontando para o fato de que “a configuração e a dinâmica hidrogeomorfológica da BHRB são condicionadas por fatores litoestruturais evidentes em alguns parâmetros como padrões e densidade de drenagem” e reiterando “a necessidade da análise morfométrica das bacias hidrográficas, especialmente de terras secas, como o semiárido brasileiro”, visando a garantir “uma gestão de bacias hidrográficas mais eficaz e alinhada às necessidades e especificidades de cada área”.

Na seção Perspectivas, Crislane Palma da Silva Rosa analisa os trabalhos das rappers MC Luanna e Ajuliacosta, “com o objetivo de apresentar considerações acerca das estratégias de controle espacial desde a imbricação racismo-sexismo-capitalismo”, fundamentando-se nas percepções de suas próprias experiências “entrelaçada ao estudo contínuo de escritoras feministas negras como Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Audre Lorde, entre outras”. A autora vai constatar, ao final de sua reflexão, “o caráter dialético da imbricação racismo-sexismo-capitalismo com o espaço e a multiplicidade de sentidos que as práticas espaciais podem assumir a depender dos corpos que as realizam”.

Boa leitura!

Angelo Serpa
Editor Responsável

